



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004229-15.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Ato / Negócio Jurídico**
 Requerente: **Edsc Comércio e Edificações São Carlos Ltda - Me**
 Requerido: **Gomes de Assumpcao Comercio de Veiculos Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Dispensado o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, lembrando que "sendo o juiz o destinatário da prova, somente a ele cumpre aferir sobre a necessidade ou não de sua realização" (RT 305/121, JTJ 317/189).

A autora adquiriu o veículo da ré, todavia não consegue transferir o registro no órgão de trânsito para o seu nome, sujeitando-se às penalidades legais (art. 233, CTB).

O problema é que a ré, embora tenha assinado o recibo de transferência (fls. 13), precisa ainda levantar o gravame relativo a financiamento contraído perante instituição financeira (fls. 14, 16), e não o faz.

Sustenta a ré que o acordo entre as partes seria outro, isto é, a autora teria aceitado esperar o término do financiamento para, só então, ocorrer a transferência da propriedade perante o órgão de trânsito.

A convenção, porém, não corresponde à praxe no mercado, mesmo porque acarreta ao adquirente o risco de ser atuado por infração de trânsito. Cabia à ré comprovar sua alegação (art. 333, II, CPC). Não o fez, devendo arcar com o ônus correspondente. Saliente-se que, considerada a posição da ré no mercado, tratando os autos de negócios inerentes à sua atividade empresarial, é plenamente exigível que celebrasse eventual avença, com esse conteúdo, por escrito, não se admitindo a prova testemunhal.

Impõe-se, pois, o acolhimento do pedido de condenação da ré na obrigação de providenciar a baixa da restrição financeira para, assim, viabilizar a transferência da propriedade para o nome da autora, arcando a ré com as despesas necessárias por conta da superação do prazo de 30 dias do art. 123, § 1º do CTB.

Quanto ao pedido de indenização por danos morais, deve ser rejeitado.

A autora é pessoa jurídica que não se confunde com seus sócios. Nesse passo, não é titular de honra subjetiva, e sim, apenas, de honra na sua feição objetiva – imagem de terceiros. A autora, portanto, não pode ter sofrido "desgaste" e "preocupação", nem "transtorno" ou "aborrecimento", situações descritas na inicial. Na eventualidade de alguém ter sofrido os danos morais relatados na inicial, foi o sócio da autora, que, entretanto, não faz parte do pólo ativo da ação.

Ante o exposto, **julgo parcialmente procedente** a ação para **CONDENAR** a ré **GOMES DE ASSUMPÇÃO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA – ME** a, no prazo de 20 dias, viabilizar a transferência do veículo para o nome da autora, providenciando a baixa da restrição financeira e adotando demais providências, inclusive arcando com as despesas originadas da superação do prazo de 30 dias previsto na legislação de trânsito, sob pena de multa diária de R\$ 100,00.

Há perigo de dano irreparável ou difícil reparação à autora, razão pela qual antecipo a tutela em sentença, de modo que eventual recurso não terá efeito suspensivo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

As partes são intimadas desta sentença pelo DJE.

Todavia, apenas para o propósito de se iniciar a contagem do prazo para o cumprimento da obrigação de fazer, em observância à Sum. 410 do STJ, intime-se a ré também por carta registrada.

P.R.I.

São Carlos, 23 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**